



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JURISDIÇÃO ES - MS - RJ - SP (SEDE)
LEI 6.684 DE 03 DE SETEMBRO DE 1979
DECRETO Nº 88.439 DE 28 DE JUNHO DE 1983

CONVITE Nº 007/2019

MINUTA CONTRATUAL

Contrato Administrativo referente à Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de materiais para divulgação e educação, que entre si celebram, de um lado o CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 1ª REGIÃO – CRBM1, como CONTRATANTE e, de outro a empresa EDITORA REFERENCIA LTDA. como CONTRATADA, firmado sob o regime jurídico instituído pela Lei nº. 10.520 de 17/07/2002 e Lei de Licitações e Contratos – Lei 8.666 de 21.06.1993.

Por este instrumento de contrato administrativo que entre si fazem, de um lado, o Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região – CRBM1, pessoa jurídica de direito público da administração indireta, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.021.837/0001-74, com Sede Administrativa sito à Av. Lacerda Franco, 1073, Cambuci, São Paulo, SP, neste ato representado por seu Exmo. Presidente, Dr. Dácio Eduardo Leandro Campos, no uso de suas atribuições legais, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE, compareceu Editora Referencia Ltda. pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 62.630.777/0001-97, situada na Rua François Coty nº 228, bairro do Cambucí, São Paulo, SP, CEP 01524-030 simplesmente designada como CONTRATADA e conforme o que consta do Processo nº. 010/2019, contendo a homologação e adjudicação da Licitação CONVITE 007/2019 resolvem com sujeição às normas ditadas pela Lei nº. 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, firmar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de materiais de informação, divulgação e educação, par atender as necessidades do Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de materiais de divulgação e educação, para atender as necessidades do Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região conforme especificações constantes no Item 3 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS REGISTRADOS

2. O produto a ser fornecido, sua descrição, a sua quantidade, bem como o preço a ser praticado, são os seguintes:

DESCRIPTIVO DO OBJETO: DESCRIPTIVO DO OBJETO: Edição no formato revista com medidas de Formato:

Formato: A4 (21cm x 29,7cm - fechado; 42cm x 29,7 cm - aberto) + lombada

Cores: 4x4

Número de páginas: 48 (incluindo a capa)

Papel: capa couchè brilho 150g (4 páginas); miolo couchè brilho 115g (44 páginas)

Tiragem: 5.000 (cinco mil) exemplares

Acabamento: dobra; refile; alceamento; lombada quadrada (PUR); prova; shrink individual

Capa: verniz UV com reserva frente; laminação fosca (1 lâmina; externa)



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JURISDIÇÃO ES – MS – RJ – SP (SEDE)
LEI 6.684 DE 03 DE SETEMBRO DE 1979
DECRETO Nº 88.439 DE 28 DE JUNHO DE 1983

Confecção em Papel comercial, a publicação possui jornalista responsável, mas não tem periodicidade, e se trata de uma edição única.

a. A quantidade indicada no Item acima correspondem ao número estimado total a ser adquirido durante a vigência deste Contrato.

b. Nos preços registrados estão inclusos todos os tributos, encargos sociais e ainda, despesas concernentes ao fornecimento dos produtos, tais como: custo de aquisição para revenda, mão de obra, materiais e equipamentos necessários à realização do fornecimento, assistência técnica, visitas, embalagens, fretes, lucros, transporte etc, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento anual vigente e previstos na rubrica, 6.3.1.3.04.01.017: Serviço de Divulgação e Publicidade.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

4. A Contratada poderá solicitar a alteração do preço registrado, nos termos da legislação pertinente, especialmente, o Decreto 3.391/2001.

5. É de responsabilidade da Contratada a apresentação ao CRBM1, a documentação necessária à comprovação da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da contratação e, portanto, da necessidade de alteração do preço registrado.

6. O CRBM1 analisará a documentação probatória apresentada pela Contratada, de modo a verificar o cabimento da alteração pretendida.

7. Mesmo se confirmado o cabimento da alteração, o CRBM1 poderá negociar com a Contratada para obtenção de proposta que lhe seja mais vantajosa.

8. Não havendo êxito na negociação, o CRBM1 poderá liberar a Contratada do compromisso assumido e, a seu critério, convocar os demais participantes da licitação visando igual oportunidade de negociação.

9. A alteração do preço registrado também será cabível quando se verificar que este se tornar superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

10. O prazo de entrega é de 15 dias (quinze) dias úteis contados a partir da data de emissão da Nota de Empenho para cada material.

11. O local para entrega será na sede do CRBM1, situado na Av. Lacerda Franco, 1073, Cambuci, São Paulo, SP, no horário de 8h às 17h, de segunda a sexta feira, mediante agendamento pelo telefone (11) 3347-5555 (departamento de compras).



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JURISDIÇÃO ES – MS – RJ – SP (SEDE)
LEI 6.684 DE 03 DE SETEMBRO DE 1979
DECRETO Nº 88.439 DE 28 DE JUNHO DE 1983

12. Caberá à unidade requisitante (Departamento Financeiro e Compras) o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da empresa fornecedora, devendo informar a Administração os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

13. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao CRBM1, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

13.1. A comprovação de que trata o Item anterior, deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

14. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo CRBM1 na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

15. Em caso de negação da prorrogação o prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso de entrega.

16. Os recebimentos provisório e definitivo dos materiais ficarão a cargo do Departamento Financeiro e Compras do CRBM1, conforme descrito a seguir:

16.1. O Departamento Financeiro e Compras poderá submeter os materiais entregues à análise das unidades que os solicitaram para fins de avaliação do atendimento às especificações exigidas.

17. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

17.1. Os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação de marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

17.2. Condições da embalagem e/ou do material;

17.3. Quantidade entregue;

17.4. Apresentação de documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

18. Atendidas as condições indicadas no Item 17, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

18.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

19. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JURISDIÇÃO ES – MS – RJ – SP (SEDE)
LEI 6.684 DE 03 DE SETEMBRO DE 1979
DECRETO Nº 88.439 DE 28 DE JUNHO DE 1983

- a) Correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da empresa fornecedora;
- b) Compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) Conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (CRBM1), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

20. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda a sua correção no prazo de até 5(cinco) dias úteis.

20.1. Ao prazo previsto no Item anterior, aplica-se o disposto nos Itens 13 a 15.

20.2. Reserva-se ao CRBM1 o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente informada na proposta da Contratada, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo dos materiais e/ou do recebimento do documento fiscal.

22. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o recebimento definitivo e mediante a comprovação de regularidade fiscal (INSS/FGTS).

23. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

23.1. Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido – CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, hipótese em que a Contratada deverá comprovar a opção.

23.2. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CRBM1ª REGIÃO

24. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

25. Exigir da Contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

26. Verificar a manutenção pela Contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

27. Aplicar penalidades à Contratada por descumprimento contratual.

28. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I do Edital).



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JURISDIÇÃO ES – MS – RJ – SP (SEDE)
LEI 6.684 DE 03 DE SETEMBRO DE 1979
DECRETO Nº 88.439 DE 28 DE JUNHO DE 1983

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DEVERES DA CONTRATADA

29. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e no Termo de Referência.
30. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
31. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
32. A Contratada fica, nos termos do §1º do Artigo 65 da lei 8.666/93, obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
33. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos materiais, na forma disposta no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

34. O contrato entrará em vigor na data de sua assinatura pela CONTRATANTE, e pela CONTRATADA e testemunhas.
35. A vigência deste contrato será vinculada à prestação dos serviços, objeto desta licitação, aprovação dos mesmos por parte do CRBM1, e realização do respectivo pagamento pela Contratante.
36. O contrato a ser firmado com a empresa vencedora terá vigência de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

37. A fiscalização deste Contrato será feita pelo Departamento Financeiro e Compras do CRBM1, que fiscalizará o fornecimento, entrega dos materiais, bem como a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (Art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93) e comunicará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS DE RESCISÃO

38. O presente instrumento de contrato poderá ser declarado rescindido nos termos dos Artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e ainda;
39. Pela CONTRATANTE:
- Se a CONTRATADA não cumprir quaisquer disposições estabelecidas no contrato;
 - Se a CONTRATADA for reincidente no cumprimento de falhas apontadas pela Fiscalização;
 - pela transferência total ou parcial do objeto do contrato;
 - por razões de interesse público, devidamente justificado e fundamentado.



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JURISDIÇÃO ES - MS - RJ - SP (SEDE)
LEI 6.684 DE 03 DE SETEMBRO DE 1979
DECRETO Nº 88.439 DE 28 DE JUNHO DE 1983

40. Pela CONTRATADA:

a) se o Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região deixar de cumprir com o necessário ao fornecimento do material;

41. A rescisão poderá ser por ato unilateral da Administração, amigável por acordo entre as partes e judicial nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

42. Caso a prestação dos serviços não obedeça aos prazos avençados sem motivo apresentado, garantia a ampla defesa, o licitante vencedor ficará sujeito às seguintes multas:

a) Multa administrativa, no percentual de 1,0% (um por cento) por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia útil da data fixada da prestação do serviço, até o percentual máximo de 10% (dez por cento), calculados sobre o valor atualizado do montante em atraso. O atraso superior a 15 (quinze) dia implicará na rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

43. Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, a Administração poderá:

a) aplicar multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta escrita pelo licitante.

b) Dar suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CRBM1, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

c) apresentar declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

44. Na hipótese de aplicação de multa é assegurado ao CRBM1 o direito de optar pela dedução do respectivo valor sobre qualquer pagamento a ser efetuado à empresa contratada.

45. O valor das multas aplicadas, de acordo com o estabelecido nos itens anteriores e após regular processo administrativo, será descontado do pagamento da fatura devida pelo CRBM1. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga por meio de guia própria, ao CRBM1, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da sua aplicação.

46. Se a Contratada não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a recebê-la, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto nos incisos XV, XVI e XXIII, do Art. 11, do Decreto 3.555/2000.



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JURISDIÇÃO ES – MS – RJ – SP (SEDE)
LEI 6.684 DE 03 DE SETEMBRO DE 1979
DECRETO Nº 88.439 DE 28 DE JUNHO DE 1983

46.1. Ocorrendo a hipótese prevista no Item anterior, os autos retornarão ao Pregoeiro para convocação do licitante remanescente para exame da documentação de habilitação e se for o caso, negociação do preço.

47. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração da CRBM1, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

- a) deixar de prestar os serviços corretos ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto deste CONVITE;
- c) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal;

48. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

49. Na aplicação das sanções, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da Contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REGISTRO

50. O presente instrumento será levado ao conhecimento e prestação de contas junto a Comissão Fiscal do Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região, bem como estará à disposição do Egrégio Tribunal de Contas da União, em conformidade com a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1.993 e do Conselho Federal de Biomedicina - CFBM.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

51. Incumbirá a Contratante, providenciar a publicação deste contrato, por extrato, no Portal de Transparência da Autarquia e no Diário Oficial da União, conforme Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

52. Fica eleito o foro da Comarca da Contratante, para dirimir as questões resultantes deste contrato, com renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja. Estando assim justos e pactuados,



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JURISDIÇÃO ES – MS – RJ – SP (SEDE)
LEI 6.684 DE 03 DE SETEMBRO DE 1979
DECRETO Nº 88.439 DE 28 DE JUNHO DE 1983

declaram as partes aceitas todas as disposições estabelecidas neste instrumento de contrato administrativo, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que abaixo se identificam e assinam.

São Paulo, 14 de outubro de 2019.

Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região
Dr. Dácio Eduardo Leandro Campos - Presidente

Editora Referencia Ltda.
Tiago Armando Milani Ferrentini – Diretor Executivo

Testemunhas:

1. Nome: _____

CPF: _____

2. Nome: _____

CPF: _____



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JURISDIÇÃO ES – MS – RJ – SP (SEDE)
LEI 6.684 DE 03 DE SETEMBRO DE 1979
DECRETO Nº 88.439 DE 28 DE JUNHO DE 1983

São Paulo, 16 de setembro de 2019

LICITAÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO – RELATO DE GESTÃO 2011/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 010/2019

PREGÃO Nº 010/2019

TIPO: CARTA CONVITE / MENOR PREÇO

JUSTIFICATIVA

A autarquia Federal, o Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região, compreende em sua jurisdição os estados do RJ, ES, SP e MS, sendo que a sede da mesma se situa na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Dentro das atribuições da autarquia federal encontramos a supervisão da ética profissional biomédica, por meio de ações regulamentadoras, educacionais, fiscalizadoras, judicantes e cartoriais. Para que as atribuições sejam cumpridas é necessário prover a autarquia federal de materiais informativos aos profissionais biomédicos, cumprindo a premissa da transparência e dos atos da administração, dando ciência de maneira global em um único documento que manterá atualizada as duas últimas gestões do CRBM1, cito de 2011/2016 e de 2016/2020.

O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de material gráfico de informação e divulgação, atendendo as necessidades administrativas, cartoriais, informativas e dos profissionais biomédicos inscritos no Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região e a sociedade em geral.

OBJETO

Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Confecção de Material gráfico de informação, divulgação e educação;

O Conselho Regional de Biomedicina da 1ª Região - CRBM1, autarquia federal criada pela Lei nº 6.686/79, com jurisdição nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul, por seu Pregoeiro e equipe de apoio nomeados pela portaria 001/2018, faz saber que realizará o procedimento licitatório para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO DE INFORMAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO conforme especificado no objeto, na modalidade CARTA CONVITE, tipo MENOR PREÇO, em dia e horário a ser divulgado, a tornar público, para conhecimento das empresas

Av. Lacerda Franco, 1073 – 01536-000 – Cambuci /SP – Tel. (11) 3347-5555

www.crbm1.gov.br – crbm1@crbm1.gov.br



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JURISDIÇÃO ES - MS - RJ - SP (SEDE)
LEI 6.684 DE 03 DE SETEMBRO DE 1979
DECRETO Nº 83.439 DE 28 DE JUNHO DE 1983

interessadas, que no dia **09 de outubro de 2019**, às 10:30hs (horário de Brasília-DF), na sede do Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região, cito a Avenida Lacerda Franco nº 1.073, Bairro do Cambuci, São Paulo, SP, CEP 01536-000, a autarquia estará abrindo o certame para a realização de Licitação na modalidade CARTA CONVITE, conforme descrito no Edital e seus anexos. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, pelo Decreto Federal nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, pela Lei Complementar nº 123/06 e subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as devidas alterações e demais normas pertinentes. O objeto desta licitação foi aprovado em reunião plenária por unanimidade por todos os presentes.

O CONTEÚDO

O conteúdo a ser disponibilizado na forma de informação será elaborado, revisado e diagramado pela assessoria de comunicação e imprensa após a aprovação da diretoria da autarquia. Serão utilizados os dados da gestão 2011 a 2016 e os dados da gestão de 2016 a 2020. Os dados técnicos serão obtidos através do portal de transparência da autarquia, através dos relatórios dos departamentos de atendimento, registro, financeiro, fiscalização e gerencias e serão explicados de maneira fácil e clara para os leitores.

1- ITEM OBJETO DESTA LICITAÇÃO:

Edição no formato revista com medidas de Formato: 21cm x 28cm - fechado; 42cm x 28cm - aberto, elaborado em Cores: 4x4 cores, contendo Número de páginas: 48, manufaturado em Papel: couchet brilho 115g (miolo); e manufaturado em papel: couchet brilho 150g (capa). A tiragem desta edição será de 5.000 unidades a ser entregue nos serviços públicos, Instituições de Ensino Superior, conselhos de biomedicina e conselhos federais das profissões da saúde, no Governo do Estado e Prefeituras Municipais. O acabamento será em lombada quadrada com PUR e o material poderá conter Shrink individual.

2- JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO DO ITEM:

O **relato de gestão**, é um material informativo e didático que tem a finalidade de informar aos profissionais de maneira clara e acessível as ações das duas últimas administrações da autarquia, bem como as possibilidades de atuação no mercado de trabalho, e os dados recentes estatísticos da profissão.

O material final deverá ter o acabamento necessário para disponibilização através de mídia digital nos nossos canais institucionais buscando abranger o maior número de leitores quanto possível dando ampla divulgação.

SOLICITAÇÃO

Av. Lacerda Franco, 1073 – 01536-000 – Cambuci /SP – Tel. (11) 3347-5555

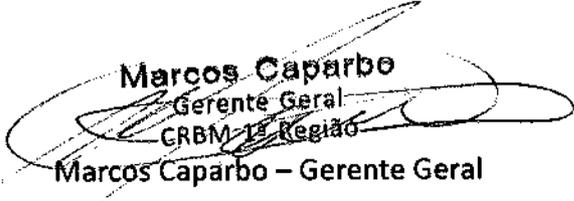
www.crbm1.gov.br – crbm1@crbm1.gov.br



CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JURISDIÇÃO ES - MS - RJ - SP (SEDE)
LEI 6.684 DE 03 DE SETEMBRO DE 1979
DECRETO Nº 83.439 DE 28 DE JUNHO DE 1983

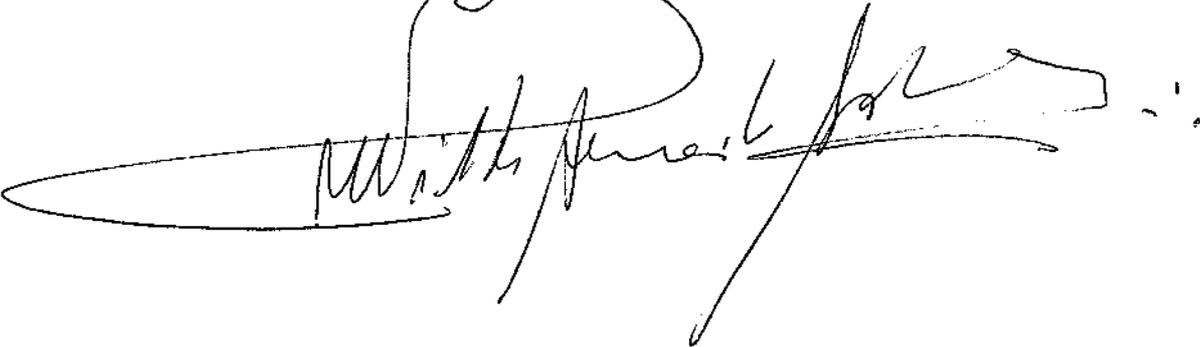
Pelo presente processo administrativo solicito a aprovação do presidente para dar continuidade ao processo licitatório do objeto explicitado neste documento;


Marcos Caparbo
Gerente Geral
CRBM 1ª Região
Marcos Caparbo – Gerente Geral

De acordo:


Dr. Dácio Eduardo Leandro Campos
Presidente


Daniel Fernandes - Advº


Wilton Pereira

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

(Lei nº 8.666/93, art. 21)

Modalidade de licitação: CONVITE Nº 007/2019

O Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região – CRBM1, Autarquia Federal Órgão de Fiscalização do Exercício Profissional por outorga da Lei Federal Nº 6.686/1979, inscrito no CNPJ/MF, nº 62.021.837/0001-74- através da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, designada pela **Portaria 001/2016**, instalada na sede do CRBM1 , na Avenida Lacerda Franco nº 1.073, Cambuci, São Paulo, SP, CEP 01536-000, CONVIDA essa empresa para participar do presente certame licitatório PL 010/2019, edital 007/2019, na modalidade **CONVITE**, no tipo **MENOR PREÇO**, no regime por aquisição indireta, por **PREÇO GLOBAL**, o qual será processado e julgado em conformidade com as Leis Federais n.º 8.078 de 11.09.90, 8.666 de 21.06.93, 8.883 de 08.06.94, 9.648 de 27.05.98 e Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicadas à matéria.

A abertura dos envelopes ficará determinada para **o dia 09 de setembro de 2019, às 10:30 horas**, e os mesmos deverão ser protocolados até o horário do início da sessão.

Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Departamento Jurídico do Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região, avenida Lacerda Franco, 1073, bairro do Cambuci, São Paulo, SP, CEP 01536-000., email licitacao@crbm1.gov.br

São Paulo, 24 de setembro de 2019.



Dr. Marcelo Abissamra Issas
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROTOCOLO DE ENTREGA

Edital nº: 007/2019

Modalidade CONVITE

Declaro (amos) que recebi (emos) o Edital de Licitação referente ao Convite Nº 007/2019, devidamente preenchido e de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, e concordo (amos) com as condições do Edital.

Recebi em ____/____/____.

Assinatura do representante do proponente

Obs.: Devolver à autarquia CRBM1, devidamente assinado e carimbado para Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região, COMISSÃO DE LICITAÇÃO avenida Lacerda Franco, 1073, bairro do Cambuci, São Paulo, SP, CEP 01536-000.

EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 010/2019

CONVITE Nº 007/2019

TIPO: CONVITE - MENOR PREÇO

OBJETO: *Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Confecção de Material gráfico de informação, divulgação e educação*

O Presidente do Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região – CRBM1, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº. 10.520 de 17/07/2002 e a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações autoriza o Pregoeiro deste Conselho a tornar público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade CONVITE no dia **09 de outubro de 2019, às 10:30hrs**, no auditório de sua Sede, situado à Av. Lacerda Franco, 1.073, Bairro Cambuci, São Paulo, SP, CEP 01536 - 000.

O CRBM1, por intermédio de seu Pregoeiro, convoca as empresas interessadas a apresentarem proposta de MENOR PREÇO. Caso haja interesse em fornecer os materiais descritos no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), para possível contratação, caso seja vencedora.

1. DO OBJETIVO

1.1. A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de material de informação, divulgação e educação, com o objetivo de prestação de contas das ações desenvolvidas pelas duas últimas gestões da autarquia.

1.2. As especificações do material e quantidade a ser adquirida, forma de aquisição, prazos, condições de fornecimento, procedimentos a serem seguidos, obrigações e deveres entre outros, estão expostos no Termo de Referência (Anexo I), que é parte integrante deste Edital, independente de transcrição.

2. DOS CRITÉRIOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação, realizadas neste exercício, serão custeadas com recursos aprovados no orçamento anual vigente e previstos.

2.2. As despesas que, eventualmente, venham a ocorrer no exercício de 2020 serão custeadas com recursos previstos na Proposta Orçamentária desse exercício, que serão indicados oportunamente.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste CONVITE Presencial, doravante denominado apenas CONVITE, aquelas empresas que atuem no ramo pertinente ao objeto, que demonstrem capacitação na confecção dos itens.

3.2. Não poderão participar da presente licitação as empresas:

3.2.1. Que se encontrarem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, sociedades estrangeiras que não funcionem no país;

3.2.2. Suspensas, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.3. Que estejam constituídas sob a forma de consórcio ou cooperativas;



3.2.4. Que tenham funcionários, membros da Administração e/ou colaboradores do Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região.

3.2.5. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste CONVITE.

3.3. Como requisito para participar deste CONVITE, o licitante deverá declarar ciência das condições deste Edital e seus anexos, sua concordância com essas e o pleno cumprimento das exigências de habilitação do presente Edital.

3.4. A omissão de informações por parte da empresa ou a declaração falsa, ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Horário de credenciamento: o credenciamento poderá ser feito até a abertura da etapa de lances. Iniciada a etapa de lances, encerra-se o credenciamento.

4.2. O representante do licitante deverá se apresentar para credenciamento, junto à Pregoeiro, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pelo representado, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a Cédula de Identidade ou outro documento equivalente. O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de Procuração ou Carta de Preposto, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes especiais para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante.

4.3. No caso de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa licitante, deverá ser apresentado em original seguido de cópia ou cópia autenticada sua Cédula de Identidade ou outro documento equivalente e o Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada em original seguida de cópia ou cópia autenticada a Ata de reunião ou Assembleia em que se deu a eleição.

4.4. No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa licitante, deverão ser apresentados no momento do credenciamento, em original seguido de cópia ou cópia autenticada, o respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual e a Ata de Eleição da Diretoria em exercício, no qual estejam expressos os poderes do signatário para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.5. A empresa licitante deverá apresentar declaração, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

4.6. Será admitido apenas 1 (um) representante para cada empresa licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.7. Os documentos para o credenciamento deverão ser apresentados em mãos ao Pregoeiro, apartados do envelope dos documentos de habilitação.

4.8. A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento, não impedirá a participação do licitante no presente certame, porém, impedirá o interessado de manifestar-se de qualquer forma, durante a sessão, em nome do licitante.

5. DO CREDENCIAMENTO DAS MICROEMPRESAS E EPP'S

5.5. As microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar para o credenciamento, além dos demais documentos exigidos no Item 4 e subitens;

5.6. Certidão da Junta Comercial ou, no caso de sociedade simples, do Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na forma do inciso IV do Artigo 73 da Lei Complementar nº 123/06 e do Artigo 8º da Instrução Normativa nº 103/07 do Departamento Nacional de Registro de Comércio.

6. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

6.1. Deverão ser entregues os envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" E "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", em envelopes, não transparentes e lacrados, contendo na sua parte externa frontal a seguinte descrição:

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 1ª REGIÃO

AO PREGOEIRO DO CRBM1

CONVITE Nº: 007/2019

ENVELOPE Nº. 1 – PROPOSTA COMERCIAL

PROPONENTE:

CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 1ª REGIÃO

AO PREGOEIRO DO CRBM1

CONVITE Nº: 007/2019

ENVELOPE Nº. 2 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

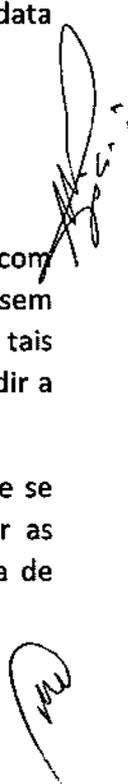
6.2. O Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região não se responsabilizará por envelopes de "Proposta Comercial" e "Documentação de Habilitação" que não sejam entregues à Pregoeiro no local, data e horário definidos neste Edital.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A proposta de preços deverá ser impressa, em papel timbrado da empresa, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedir a exata compreensão de seu conteúdo, apresentada conforme o modelo do Anexo II deste Edital.

7.2. Em atendimento à Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, o licitante que se enquadra como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e que desejar utilizar as prerrogativas de tal enquadramento neste Processo Licitatório deverá fazer constar na sua proposta de preços tal enquadramento e o desejo de se utilizar de tais direitos.

7.3. A proposta de preços deverá indicar:



a) a quantidade ofertada, que deverá ser igual à quantidade estimada indicada no Item 3 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

b) o preço ofertado (valor unitário e valor total), expresso em R\$ (reais);

c) o detalhamento do produto ofertado conforme descrição no Item 3 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

7.4. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

7.5. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão do licitante a todas as condições estipuladas neste CONVITE e seus anexos, bem como, na legislação aplicável.

7.6. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais e ainda, despesas concernentes ao fornecimento dos produtos, tais como: custo de aquisição para revenda, mão de obra, materiais e equipamentos necessários à realização do fornecimento, assistência técnica, visitas, embalagens, fretes, lucros, transporte, etc..., e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do licitante vencedor.

7.5. A proposta deverá ser apresentada com validade não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data prevista para a abertura da sessão pública, prazo após o qual, não havendo convocação para a contratação, fica o licitante liberado dos compromissos assumidos.

7.6. A proposta de preços deve ser compatível com os preços praticados no mercado, sob pena de desclassificação.

7.7. O licitante detentor da proposta de menor preço deverá encaminhar ao Pregoeiro sua Proposta de Preço AJUSTADA AO PREÇO FINAL na mesma formatação da proposta comercial, constante do Anexo VI deste Edital, em até 01(um) dia útil após o encerramento da sessão do CONVITE, mesmo que essa sessão seja baixada em diligência, sob pena de desclassificação.

7.8. Poderão ser desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do Ato Convocatório, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeito capazes de dificultar o julgamento e ainda aqueles que propuserem preços inexequíveis.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. As Propostas Comerciais serão analisadas conforme todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

a) não atenderem às exigências deste Ato Convocatório;

b) apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no § 3º do Art. 44 e inciso II do Art. 48, da Lei Federal nº 8.666/93;

c) não cumpra prazos e demais exigências estabelecidas em diligências ou no Edital.

8.3. O Pregoeiro classificará o licitante autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

8.4. Se não houver no mínimo 3 (três) propostas classificadas, a Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), incluída a proposta de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

8.5. No caso de empate nos preços, serão admitidas, para a fase de lances, todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes;

8.6. Se, nos critérios acima, não for possível a obtenção do número mínimo de 3 (três) licitantes, seja por desinteresse do mercado, seja por desclassificação de propostas escritas, o certame transcorrerá normalmente. Porém, caso haja o comparecimento de uma única interessada ou apenas uma proposta admitida, a Pregoeiro dará continuidade ao procedimento sem a realização da fase de ofertas verbais, aplicando os dispositivos deste Edital concernentes à aceitabilidade da proposta, à habilitação, à negociação do preço ofertado e à declaração de licitante vencedor do certame;

8.7. Sendo aceitável a proposta do primeiro licitante classificado e o mesmo não se enquadrando como **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, o Pregoeiro, em cumprimento aos Artigos 44 e 45, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, observará as condições a seguir:

I – Nesta licitação, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

II – Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

III – Ocorrendo o empate, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, poderá apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, para o desempate, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Pregoeiro, sob pena de preclusão;

IV – No caso de empate dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo de 5% (cinco por cento), superiores a proposta mais bem classificada, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

V – Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte na forma do Inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do Inciso III na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

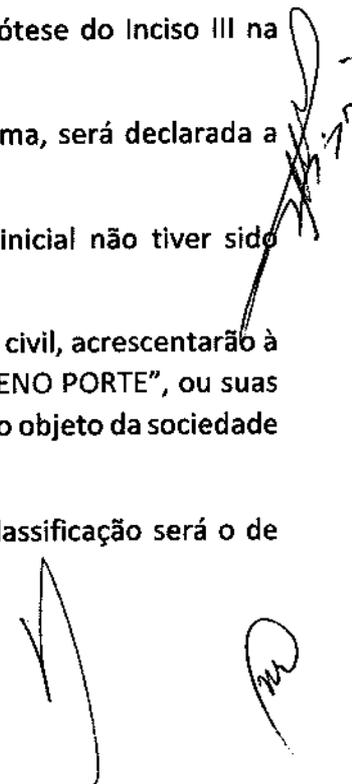
VI – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no disposto do Inciso acima, será declarada a proposta originalmente como vencedora do certame;

8.8. O disposto no Item 8.7 somente se aplicará, quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

8.9. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação civil, acrescentarão à sua forma ou denominação as expressões "MICROEMPRESA" ou "EMPRESA DE PEQUENO PORTE", ou suas respectivas abreviações "ME" ou "EPP", conforme o caso, sendo facultativa a inclusão do objeto da sociedade (Art. 72, da Lei 123/2006).

8.10. O critério de julgamento das propostas para fins de ordenamento da classificação será o de MENOR PREÇO.

9. DOS LANCES VERBAIS



9.1. Será dada a oportunidade de nova disputa aos licitantes classificados, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

9.2. Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

9.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.4. No início da fase de lances, o Pregoeiro poderá definir percentual ou valor mínimo de diferença entre os lances e tempo máximo para sua formulação.

10. DO JULGAMENTO

10.1. Concluída a fase de lances e já tendo sido concedida a preferência às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte prevista no **Item 8**, o Pregoeiro verificará a conformidade do produto ofertado com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência, através da amostra apresentada pelo licitante da proposta de menor valor.

10.2. Verificada a conformidade do produto, o Pregoeiro poderá abrir negociação com o licitante que tenha apresentado a proposta de menor valor, com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa, observado o critério de julgamento e não sendo admitido negociar condições diversas das previstas neste Edital.

10.3. Finalizadas as fases de lances, de análise da amostra e da negociação, esta se houver, o Pregoeiro examinará a proposta de menor preço quanto a sua aceitação.

10.4. Não serão aceitas propostas cujo valor final ofertado, considerado este o valor proposto pela empresa após o encerramento da fase de lances, análise da amostra e negociação porventura realizada junto à Pregoeiro, seja superior ao valor máximo estimado da contratação indicado no **Item 3** do Termo de Referência – Anexo I neste Edital.

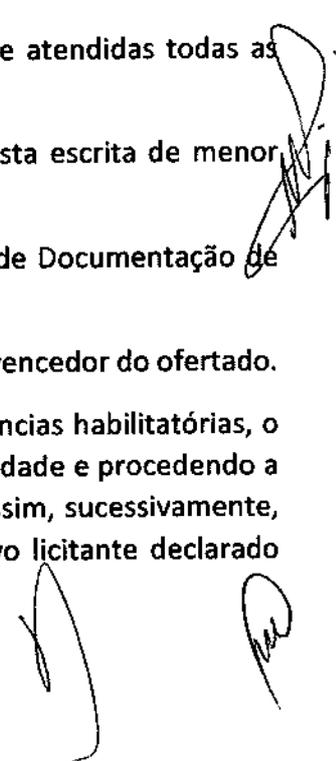
10.5. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO ofertado, desde que atendidas todas as exigências deste Edital.

10.6. Caso não haja lances verbais, será verificada a conformidade da proposta escrita de menor preço por ofertado.

10.7. Sendo classificada a oferta de MENOR PREÇO, será aberto o envelope de Documentação de Habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições.

10.8. Constatado o atendimento pleno às exigências será declarado o licitante vencedor do ofertado.

10.9. Se a proposta não for classificada ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a amostra, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.



10.10. Na reunião, lavrar-se-á Ata Circunstanciada da Sessão, na qual serão registrados todos os atos e ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelos presentes.

10.11. Decididos os recursos ou transcorrido *in albis* o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes julgados desclassificados os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", inviolados, podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 HABILITAÇÃO

11.1.1. Não serão aceitos documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras, bem como aqueles que não atenderem as exigências deste Edital e, ainda, serão considerados inservíveis os protocolos de solicitação destes documentos feitos às repartições competentes.

11.1.2. Os documentos que tiverem prazo de validade deverão ser apresentados com este prazo válido. Será considerado prazo válido o período de validade explícito no documento que englobar a data fixada para a entrega dos envelopes ou inexistindo essa informação, deverá haver a data de emissão deste documento em até 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a abertura oficial dos envelopes.

11.1.3. Será inabilitado o licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital.

11.1.4. Ficam os licitantes eximidos de apresentarem novamente, no envelope destinado aos documentos de habilitação, os documentos já apresentados para o credenciamento.

11.1.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS – mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

11.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cédula de identidade do titular, sócio majoritário ou representante legal ou o procurador quanto este for signatário da proposta.

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social com a última alteração ou alteração contratual consolidada, devidamente registrada, em se tratando de empresas comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus representantes legais;

d) Inscrição de ato constitutivo, em caso de sociedades civis, acompanhada de comprovação da diretoria em exercício.

e) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em operação no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) Ato de nomeação ou eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

11.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- b) Certidão Negativa de Débito do INSS;
- c) Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal: Certidão Negativa Conjunta da Receita Federal do Brasil;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual: Certidão Negativa de Débitos Estaduais do domicílio fiscal do licitante;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal (Valores Mobiliários e Imobiliários): Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio fiscal do licitante;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT

11.3.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 6.204/2007, a comprovação de regularidade fiscal das Microempresas – ME, e Empresas de Pequeno Porte - EPP somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Devendo a vencedora apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.3.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de decadência do direito à contratação.

11.3.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 11.3.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação ou revogar a licitação.

11.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data fixada para a entrega dos envelopes;

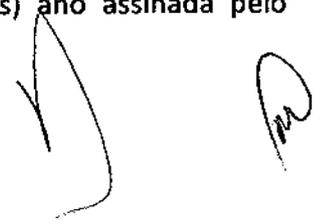
11.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu ou está fornecendo, de maneira satisfatória e a contento com a prestação de serviços que é o objeto da presente licitação.

b) O Atestado deve ser emitido em papel timbrado do órgão/empresa de origem, com assinatura e identificação do responsável pelas informações atestadas e com firma reconhecida.

11.6. DECLARAÇÕES

a) Declaração, para atender o disposto no inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) ano assinada pelo Diretor/Sócio ou representante legal;



b) Declaração do Licitante da Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da habilitação, bem como declaração de que não foi declarada inidônea e nem está suspensa de participar de Licitações;

c) Declaração do Licitante de que não está incurso em nenhum dos impedimentos do § 4º do Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06, assinada pelo Diretor/Sócio ou representante legal, conforme modelo constante no Anexo IV deste Edital. (No caso das MEs e EPPs).

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em Ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do CONVITE, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a declaração, pelo Pregoeiro, do licitante vencedor.

12.4. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Os recursos deverão ser destinados à Autoridade Superior, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação (CPL), que dispõe de 5 (cinco) dias úteis para reconsiderar a decisão ou remeter os recursos para a referida autoridade, que, depois de recebidos, dispõe de outros 5 (cinco) dias úteis para decidir, sob pena de responsabilidade. (§4 do Artigo 109 da Lei nº 8.666/93).

12.7. O recurso deverá ser protocolizado no CRBM1, na Av. Lacerda Franco, 1.073, Bairro Cambuci, São Paulo, SP, CEP 01536 - 000, no horário de 08 às 17 horas, nos dias de expediente.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro recomendará à Presidência do Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado.

13.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13.3. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar declaração ou documentação falsa no certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de

cadastro de fornecedores a que se refere o Inciso XIV do Art. 4º da Lei 8.666/93, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato das demais cominações legais.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Homologado o resultado desta licitação pela Administração do CRBM1, a contratação será formalizada mediante assinatura do contrato, conforme minuta constante do Anexo III deste Edital.

14.1.1. A emissão da Nota de Empenho referente aos materiais a serem adquiridos será efetuada segundo conveniência do CRBM1.

14.2. Como condição para assinatura do contrato e/ou emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá atender a todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tenha se utilizado da prerrogativa indicada no subitem 11.3.1 deste Edital.

14.2.1. A empresa fornecedora deverá manter, durante o prazo de vigência da contratação, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

14.3. A empresa vencedora será convocada, mediante correio eletrônico, a comparecer na sede do CRBM1ª Região para assinar o contrato e/ou retirar a Nota de Empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da homologação do resultado desta licitação no Diário Oficial da União – DOU.

14.4. Na hipótese do não cumprimento do prazo indicado no item 14.3, ou de haver recusa da empresa vencedora em assinar o contrato e/ou retirar a Nota de Empenho, fica facultado à Administração proceder a adjudicação do objeto da contratação aos demais licitantes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo das penalidades aplicáveis à empresa vencedora.

15. DAS SANÇÕES

15.1. Caso a prestação dos serviços não obedeça aos prazos avençados sem motivo apresentado, garantida a ampla defesa, o licitante vencedor ficará sujeito às seguintes multas:

a) Multa administrativa, no percentual de 1,0% (um por cento) por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia útil da data fixada da prestação do serviço, até o percentual máximo de 10% (dez por cento), calculados sobre o valor atualizado do montante em atraso. O atraso superior a 15 (quinze) dias implicará na rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

15.2. Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, a Administração poderá:

a) aplicar multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da proposta escrita pelo licitante.

b) Dar suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CRBM1, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

c) apresentar declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

15.3. Na hipótese de aplicação de multa é assegurado ao CRBM1 o direito de optar pela dedução do respectivo valor sobre qualquer pagamento a ser efetuado à empresa contratada.

15.4. O valor das multas aplicadas, de acordo com o estabelecido nos itens anteriores e após regular processo administrativo, será descontado do pagamento da fatura devida pelo CRBM1. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga por meio de guia própria, ao CRBM1, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da sua aplicação.

15.5. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

15.6. Na aplicação das sanções, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas.

15.7. O licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se utilizar das prerrogativas dos subitens 11.3.1 e 11.3.2 deste Edital e não regularizar a documentação que tenha sido apresentada com restrição, dentro do prazo fixado, ficará sujeito à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

16.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Ato Convocatório deste CONVITE, mediante envio de impugnação através de correio eletrônico para o endereço: licitacao@crbm1.gov.br, com cópia para diretoria@crbm1.gov.br

16.2. Caberá à Pregoeiro, com auxílio do setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento da impugnação.

16.3. Acolhida a impugnação, será fixada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.4. Os pedidos de esclarecimentos referente a este CONVITE deverão ser enviados à Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão, exclusivamente, através de correio eletrônico para o endereço licitacao@crbm1.gov.br, com cópia para diretoria@crbm1.gov.br.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliada pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

17.2. A apresentação de proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Edital e seus Anexos.

17.3. Fazem parte integrante deste Edital:

- a) Anexo I – Termo de Referência
- b) Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- c) Declaração de não Emprego de Menor;



d) Declaração de Microempresa- ME, ou Empresa de Pequeno Porte- EPP;

e) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação;

f) Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

g) Procuração e Carta de Preposto;

h) Anexo III – Minuta Contratual.

17.4. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

17.5. No julgamento das propostas comerciais e na análise da documentação, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

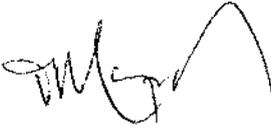
17.6. Ao Presidente do CRBM1 fica assegurado o direito de, no interesse da Autarquia, revogar ou anular a presente licitação, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização.

17.7. Todas as informações referentes a esta licitação, tais como: alterações de prazo ou das peças que compõem o Edital, registro de esclarecimentos, impugnações ou recursos e respectivas respostas, resultados de julgamento, entre outras, serão divulgadas no sítio eletrônico www.crbm1.gov.br e/ou no Diário Oficial da União – DOU.

17.8. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas à presente licitação.

17.7. O Edital e seus Anexos, deste Ato Convocatório, poderão ser retirados pessoalmente, mediante apresentação do carimbo de CNPJ da empresa, na sede do CRBM1 situado na Av. Lacerda Franco, 1073, Cambuci, São Paulo, SP, CEP 01536-000, de segunda a sexta feira, das 8h às 17h, estando disponível também no site www.crbm1.gov.br.

São Paulo, 24 de setembro de 2019.


Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região





ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 010//2019 // CRBM1

CONVITE Nº 007//2019

1. OBJETIVO

O presente termo de referência tem como objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de material de divulgação para atender às necessidades do Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região (CRBM1), Autarquia Federal, localizada na Av. Lacerda Franco, 1073, Cambuci, São Paulo, SP, CEP 01536-000

2. JUSTIFICATIVA

Faz-se necessária a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de confecção de material de informação, com o objetivo de informar, dar publicidade e relatar os atos das últimas duas gestões da autarquia, evidenciando as modificações feitas e mostrando os resultados destas ações.

3. DO OBJETO, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

3.1. A descrição do material a ser adquirido, respectiva quantidade e preços máximos admitidos pelo CRBM1, estão indicados abaixo:

3.1.1. DESCRITIVO DO OBJETO: Edição no formato revista com medidas de Formato:

Formato: A4 (21cm x 29,7cm - fechado; 42cm x 29,7 cm - aberto) + lombada

Cores: 4x4

Número de páginas: 48 (incluindo a capa)

Papel: capa couchè brilho 150g (4 páginas); miolo couchè brilho 115g (44 páginas)

Tiragem: 5.000 (cinco mil) exemplares

Acabamento: dobra; refile; alceamento; lombada quadrada (PUR); prova; shrink individual

Capa: verniz UV com reserva frente; laminação fosca (1 lâmina; externa)

Confecção em Papel comercial, a publicação possui jornalista responsável, mas não tem periodicidade, e se trata de uma edição única.

3.2. A indicação de produto de referência feita na descrição do item é apenas orientaria, correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações dos materiais a serem adquiridos.

3.3. A empresa licitante poderá ofertar produto similar ao de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalentes.

3.4. Uma vez que os fabricantes podem alterar as características de seu produto a qualquer tempo e sem prévio aviso, é de responsabilidade da empresa licitante que pretenda cotar produto indicado como referência, a certificação de que o produto cotado se mantém de acordo com as especificações exigidas.

3.5. Em virtude do exposto no item anterior, a cotação pela empresa licitante de produto indicado como referência não condiciona o CRBM1 à classificação da proposta e/ou à aceitação do produto quando de sua entrega.

3.6. Reserva-se ao CRBM1 a faculdade de exigir a apresentação de amostra do produto cotado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas, reservando-se aos concorrentes o direito de acompanhar os procedimentos quanto a análise das amostras.

3.7. Para o item, será exigido do licitante vencedor, o encaminhamento ao CRBM1, via e-mail, com a arte final a ser impressa com a finalidade de aprovação prévia.

3.8. O prazo para envio da arte será de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.

4. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

4.1. O prazo de entrega é de 15 dias (quinze) dias úteis contados a partir da data de emissão da Nota de Empenho.

4.2. O local para entrega será na sede do CRBM1, situado na Av. Lacerda Franco, 1073, Cambuci, São Paulo, SP, no horário de 8h às 17h, de segunda a sexta feira, mediante agendamento pelo telefone (11) 3347-5555 (DEPARTAMENTO DE COMPRAS).

4.3. Caberá à unidade requisitante (Departamento Financeiro e Compras) o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da empresa fornecedora, devendo informar a Administração os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

4.4. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao CRBM1, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado e o novo prazo previsto para entrega.

4.5. A comprovação de que trata o Item anterior, deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro ou outro equivalente.

4.6. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo CRBM1 na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

4.7. Em caso de negação da prorrogação o prazo de entrega e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso de entrega.

4.8. Os recebimentos provisório e definitivo do material ficarão a cargo do Departamento Financeiro e Compras do CRBM1ª Região, conforme descrito a seguir:

4.8.1. O Departamento Financeiro e Compras poderá submeter o material entregue à análise da unidade que os solicitar para fins de avaliação do atendimento às especificações exigidas.

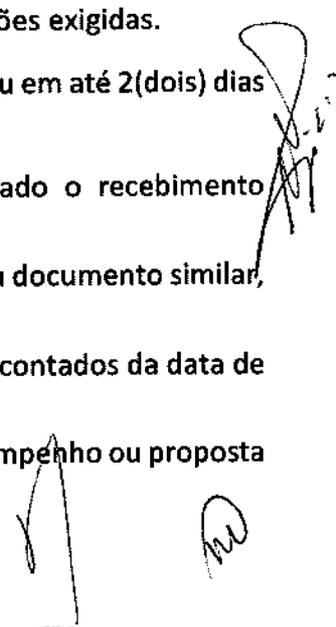
4.8.2. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2(dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

4.9. Atendidas as condições indicadas no Item 4.8 e subitens, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

4.9.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

4.10. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05(cinco) dias úteis, contados da data de recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) Correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da empresa fornecedora;



b) Compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) Conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (CRBM1), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

4.11. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda a sua correção no prazo de até 5(cinco) dias úteis.

4.11.1. Ao prazo previsto no Item anterior, aplica-se o disposto nos Itens 4.4 a 4.7

4.12. Reserva-se ao CRBM1 o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

5. VALOR ESTIMADO

A estimativa dos valores necessários para cumprir com as obrigações do contrato foi mensurada com base nos valores de mercado obtidos em 03 empresas, que apresentaram valores por item para a prestação dos serviços. O valor máximo estimado para a contratação do serviço é de **R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais)**.

6. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

EMPRESA	VALOR TOTAL
Empresa 01	R\$ 20.468,00
Empresa 02	R\$ 21.250,00
Empresa 03	R\$ 21.878,22

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento anual vigente e previstos.

8. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O preço para contratação do objeto do presente Edital será aquele oferecido pelo licitante vencedor após os lances verbais e, inexistindo lance o melhor preço será aquele apresentado em documento específico no Envelope destinado à Proposta de Preços, o qual, para qualquer dos casos, não poderá ser superior ao limite estabelecido.

8.2. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente informada na proposta do fornecedor, no prazo de 7(sete) dias úteis após o recebimento definitivo dos materiais e/ou do recebimento do documento fiscal.

8.3. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o recebimento definitivo e mediante a comprovação de regularidade fiscal (INSS/FGTS).

8.4. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido – CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a opção.

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

9. DOS DIREITOS E DEVERES DO CRBM1ª REGIÃO

9.1. Requisitar o fornecimento do material, na forma prevista neste Termo de Referência.

9.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

9.3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

9.4. Aplicar penalidades ao fornecedor por descumprimento contratual.

9.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

10. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

10.1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.

10.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

10.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

10.4. O fornecedor fica, nos termos do §1º do Artigo 65 da lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

10.5. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos materiais, na forma disposta neste Termo de Referência.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Se o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a recebê-la, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto nos incisos XV, XVI e XXIII, do Art. 11, do Decreto 3.555/2000.

11.2. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, os autos retornarão à Pregoeiro para convocação do licitante remanescente para exame da documentação de habilitação e, se for o caso, negociação do preço.

11.3. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração da CRBM1, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- a) deixar de prestar os serviços corretos ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto deste CONVITE;
- c) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) falhar ou fraudar na execução do contrato;

- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fazer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal;

11.4. Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, a Administração poderá dar advertência;

- a) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global de sua proposta escrita;
- b) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da CRBM1, pelo prazo de até 02 (dois) anos,
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Quaisquer esclarecimentos acerca do instrumento convocatório da licitação, inclusive os de ordem técnica, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e encaminhados preferencialmente por meio eletrônico, através endereço eletrônico licitacao@crbm1.gov.br até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da licitação.

12.2. Os esclarecimentos também poderão ser obtidos através do telefone nº: (11) 3347-5555, ou, ainda, apresentados na sede da administração: Av. Lacerda Franco, 1073, Cambuci, São Paulo, SP.

12.3. O CRBM1 procederá, ainda, anulação da nota de empenho e ao consequente cancelamento do contrato, caso seja constatado que o licitante vencedor praticou falsidade nas declarações e/ou em qualquer outro documento apresentado, bem como por qualquer descumprimento das normas deste Termo e demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

12.4. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer época ou fase da licitação e do contrato.

12.5. O licitante vencedor obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (Artigo 55, XIII, da Lei 8.666/93).

12.6. Em atendimento ao disposto no Artigo 64 da Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996 os pagamentos efetuados pela Autarquia às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou serviços, estão sujeitos à incidência na fonte do Imposto de renda, da Contribuição Social sobre o lucro líquido da Contribuição para Seguridade Social – COFINS e da contribuição para PIS/PASEP e por ocasião do pagamento, conforme o caso, todos os impostos serão retidos na fonte conforme legislação vigente.

12.7. Para efeitos de emissão de nota fiscal o Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região, está regularmente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 62.021.837/0001-74.

São Paulo, 24 de setembro de 2019

Comissão de Licitação do CRBM1

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

(Papel timbrado da empresa)

PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta de Preços ao CONVITECRBM1 nº 007/2019

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

RAZÃO SOCIAL:.....

CNPJ.....TELEFONE:

EMAIL:.....

ENDEREÇO.....

CIDADE:.....UF:.....CEP:.....

BANCO:.....AGÊNCIA:.....CONTA:.....

NOME PARA CONTATO:.....

Descritivo do item com quantidade

1- Estão considerados nesta proposta todos os custos diretos e indiretos, impostos e taxas referentes aos serviços descritos no CONVITE nº 007/2019 e seus Anexos;

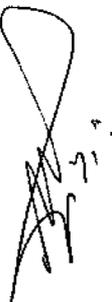
2 - O prazo de validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias;

3 - O prazo para entrega do material será de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da emissão da Nota de Empenho do material.

4 - A ora Proponente declara, ainda, e sob as penas legais, que os produtos orçados, condizem com as especificações exigidas no presente Edital.

Local, (data) de de 2019.

(assinatura do Representante legal)



ANEXO – MODELO DE PROCURAÇÃO E CARTA PREPOSTO

(Papel Timbrado da Empresa)

(Apresentar fora dos envelopes de habilitação e proposta)

CONVITECRBM1 nº 007/2019

MODELO DE PROCURAÇÃO E CARTA DE PREPOSTO

Com a presente, estamos indicando PREPOSTO de nossa empresa para fins do Processo Licitatório – CONVITECRBM1 nº 007/2019, do tipo Menor Preço, Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de materiais de informação, divulgação e educação, a pessoa indicada em seguida:

Nome:

CPF nº : Identidade nº:

Endereço: (logradouro, número, bairro, cidade, CEP, UF, fones residencial e celular)

Fica, ainda, a pessoa acima indicada devidamente autorizada a representar nossa empresa junto ao CRBM1ª Região, no Processo Licitatório acima referenciado, com poderes para requerer, oferecer lances, interpor recursos, conceder descontos, enfim, praticar todos e quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento deste certame, em nome do licitante.

Empresa:

Endereço: (logradouro, número, bairro, cidade, CEP, UF, fone)

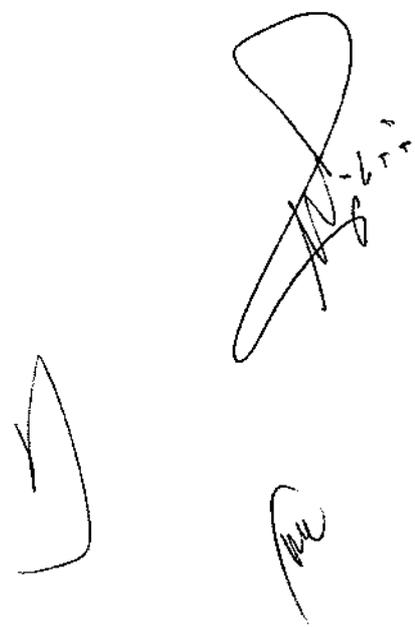
CNPJ:

Inscrição Estadual:

Local, (data).....de.....de 2019.

(Carimbo, assinatura, qualificação e reconhecimento de firma)

Obs: Este documento deverá estar em mãos do PREPOSTO/PROCURADOR constituído e será exibido ao Pregoeiro no momento de abertura da Sessão Pública do CONVITE Presencial, juntamente com os demais documentos exigidos para o credenciamento, constantes no Edital.



ANEXO III – MINUTA CONTRATUAL

PROCESSO Nº 010/2019

CONVITE Nº 007/2019

MINUTA CONTRATUAL

Contrato Administrativo referente à Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de materiais para divulgação e educação, que entre si celebram, de um lado o Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região – CRBM1, como CONTRATANTE e, de outro a empresa _____ como CONTRATADA, firmado sob o regime jurídico instituído pela Lei nº. 10.520 de 17/07/2002 e Lei de Licitações e Contratos – Lei 8.666 de 21.06.1993.

Por este instrumento de contrato administrativo que entre si fazem, de um lado, o Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região – CRBM1, pessoa jurídica de direito público da administração indireta, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.021.837/0001-74, com Sede Administrativa sito à Av. Lacerda Franco, 1073, Cambuci, São Paulo, SP, neste ato representado por seu Exmo. Presidente, Dr. Dácio Eduardo Leandro Campos, no uso de suas atribuições legais, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE, compareceu _____ (identificação da Empresa vencedora do certame) simplesmente designada como CONTRATADA e conforme o que consta do Processo nº. 010/2019, contendo a homologação e adjudicação da Licitação CONVITE 007/2019 resolvem com sujeição às normas ditadas pela Lei nº. 10.520 de 17/07/2002 e Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, firmar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de materiais de informação, divulgação e educação, par atender as necessidades do Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de materiais de divulgação e educação, para atender as necessidades do Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região conforme especificações constantes no Item 3 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PREÇOS REGISTRADOS

2. O produto a ser fornecido, sua descrição, a sua quantidade, bem como o preço a ser praticado, são os seguintes:

DESCRITIVO DO OBJETO: DESCRITIVO DO OBJETO: Edição no formato revista com medidas de Formato:

Formato: A4 (21cm x 29,7cm - fechado; 42cm x 29,7 cm - aberto) + lombada

Cores: 4x4

Número de páginas: 48 (incluindo a capa)

Papel: capa couchè brilho 150g (4 páginas); miolo couchè brilho 115g (44 páginas)

Tiragem: 5.000 (cinco mil) exemplares

Acabamento: dobra; refile; alceamento; lombada quadrada (PUR); prova; shrink individual

Capa: verniz UV com reserva frente; laminação fosca (1 lâmina; externa)

Confecção em Papel comercial, a publicação possui jornalista responsável, mas não tem periodicidade, e se trata de uma edição única.

a. A quantidade indicada no Item acima correspondem ao número estimado total a ser adquirido durante a vigência deste Contrato.

b. Nos preços registrados estão inclusos todos os tributos, encargos sociais e ainda, despesas concernentes ao fornecimento dos produtos, tais como: custo de aquisição para revenda, mão de obra, materiais e equipamentos necessários à realização do fornecimento, assistência técnica, visitas, embalagens, fretes, lucros, transporte etc, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento anual vigente e previstos na rubrica, 6.3.1.3.04.01.017: Serviço de Divulgação e Publicidade.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

4. A Contratada poderá solicitar a alteração do preço registrado, nos termos da legislação pertinente, especialmente, o Decreto 3.391/2001.

5. É de responsabilidade da Contratada a apresentação ao CRBM1, a documentação necessária à comprovação da quebra do equilíbrio econômico-financeiro da contratação e, portanto, da necessidade de alteração do preço registrado.

6. O CRBM1 analisará a documentação probatória apresentada pela Contratada, de modo a verificar o cabimento da alteração pretendida.

7. Mesmo se confirmado o cabimento da alteração, o CRBM1 poderá negociar com a Contratada para obtenção de proposta que lhe seja mais vantajosa.

8. Não havendo êxito na negociação, o CRBM1 poderá liberar a Contratada do compromisso assumido e, a seu critério, convocar os demais participantes da licitação visando igual oportunidade de negociação.

9. A alteração do preço registrado também será cabível quando se verificar que este se tornar superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

10. O prazo de entrega é de 15 dias (quinze) dias úteis contados a partir da data de emissão da Nota de Empenho para cada material.

11. O local para entrega será na sede do CRBM1, situado na Av. Lacerda Franco, 1073, Cambuci, São Paulo, SP, no horário de 8h às 17h, de segunda a sexta feira, mediante agendamento pelo telefone (11) 3347-5555 (departamento de compras).

12. Caberá à unidade requisitante (Departamento Financeiro e Compras) o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da empresa fornecedora, devendo informar a Administração os casos de descumprimento para fins de análise de aplicação de sanções administrativas.

13. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao CRBM1, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

13.1. A comprovação de que trata o Item anterior, deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

14. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo CRBM1 na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

15. Em caso de negação da prorrogação o prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso de entrega.

16. Os recebimentos provisório e definitivo dos materiais ficarão a cargo do Departamento Financeiro e Compras do CRBM1, conforme descrito a seguir:

16.1. O Departamento Financeiro e Compras poderá submeter os materiais entregues à análise das unidades que os solicitaram para fins de avaliação do atendimento às especificações exigidas.

17. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

17.1. Os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação de marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

17.2. Condições da embalagem e/ou do material;

17.3. Quantidade entregue;

17.4. Apresentação de documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

18. Atendidas as condições indicadas no Item 17, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

18.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

19. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) Correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da empresa fornecedora;

b) Compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) Conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (CRBM1), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

20. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda a sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

20.1. Ao prazo previsto no Item anterior, aplica-se o disposto nos Itens 13 a 15.

20.2. Reserva-se ao CRBM1 o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente informada na proposta da Contratada, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo dos materiais e/ou do recebimento do documento fiscal.

22. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o recebimento definitivo e mediante a comprovação de regularidade fiscal (INSS/FGTS).

23. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

23.1. Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido – CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, hipótese em que a Contratada deverá comprovar a opção.

23.2. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DEVERES DO CRBM1ª REGIÃO

24. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

25. Exigir da Contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

26. Verificar a manutenção pela Contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

27. Aplicar penalidades à Contratada por descumprimento contratual.

28. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E DEVERES DA CONTRATADA

29. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e no Termo de Referência.

30. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

31. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

32. A Contratada fica, nos termos do §1º do Artigo 65 da lei 8.666/93, obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

33. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos materiais, na forma disposta no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

34. O contrato entrará em vigor na data de sua assinatura pela CONTRATANTE, e pela CONTRATADA e testemunhas.

35. A vigência deste contrato será vinculada à prestação dos serviços, objeto desta licitação, aprovação dos mesmos por parte do CRBM1, e realização do respectivo pagamento pela Contratante.

36. O contrato a ser firmado com a empresa vencedora terá vigência de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

37. A fiscalização deste Contrato será feita pelo Departamento Financeiro e Compras do CRBM1, que fiscalizará o fornecimento, entrega dos materiais, bem como a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (Art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93) e comunicará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS DE RESCISÃO

38. O presente instrumento de contrato poderá ser declarado rescindido nos termos dos Artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e ainda;

39. Pela CONTRATANTE:

- a) Se a CONTRATADA não cumprir quaisquer disposições estabelecidas no contrato;
- b) Se a CONTRATADA for reincidente no cumprimento de falhas apontadas pela Fiscalização;
- c) pela transferência total ou parcial do objeto do contrato;
- d) por razões de interesse público, devidamente justificado e fundamentado.

40. Pela CONTRATADA:

a) se o Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região deixar de cumprir com o necessário ao fornecimento do material;

41. A rescisão poderá ser por ato unilateral da Administração, amigável por acordo entre as partes e judicial nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

42. Caso a prestação dos serviços não obedeça aos prazos avençados sem motivo apresentado, garantia a ampla defesa, o licitante vencedor ficará sujeito às seguintes multas:

a) Multa administrativa, no percentual de 1,0% (um por cento) por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia útil da data fixada da prestação do serviço, até o percentual máximo de 10% (dez por cento), calculados sobre o valor atualizado do montante em atraso. O atraso superior a 15 (quinze) dia implicará na rescisão do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

43. Pela inexecução total ou parcial das condições pactuadas, a Administração poderá:

a) aplicar multa de 2% (dois por cento) sobre o valor global da proposta escrita pelo licitante.

b) Dar suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CRBM1, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

c) apresentar declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

44. Na hipótese de aplicação de multa é assegurado ao CRBM1 o direito de optar pela dedução do respectivo valor sobre qualquer pagamento a ser efetuado à empresa contratada.

45. O valor das multas aplicadas, de acordo com o estabelecido nos itens anteriores e após regular processo administrativo, será descontado do pagamento da fatura devida pelo CRBM1. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga por meio de guia própria, ao CRBM1, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da sua aplicação.

46. Se a Contratada não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a recebê-la, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e assinada

sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto nos incisos XV, XVI e XXIII, do Art. 11, do Decreto 3.555/2000.

46.1. Ocorrendo a hipótese prevista no Item anterior, os autos retornarão ao Pregoeiro para convocação do licitante remanescente para exame da documentação de habilitação e se for o caso, negociação do preço.

47. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração da CRBM1, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

- a) deixar de prestar os serviços corretos ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto deste CONVITE;
- c) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fazer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal;

48. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

49. Na aplicação das sanções, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da Contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REGISTRO

50. O presente instrumento será levado ao conhecimento e prestação de contas junto a Comissão Fiscal do Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região, bem como estará à disposição do Egrégio Tribunal de Contas da União, em conformidade com a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1.993 e do Conselho Federal de Biomedicina - CFBM.

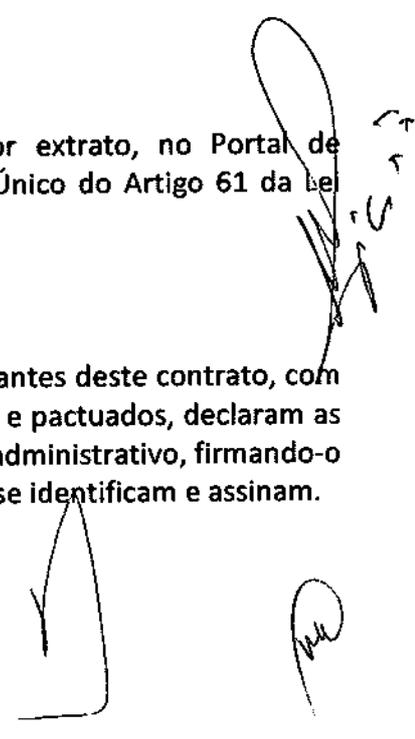
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

51. Incumbirá a Contratante, providenciar a publicação deste contrato, por extrato, no Portal de Transparência da Autarquia e no Diário Oficial da União, conforme Parágrafo Único do Artigo 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

52. Fica eleito o foro da Comarca da Contratante, para dirimir as questões resultantes deste contrato, com renúncia de outro qualquer, por mais privilegiado que seja. Estando assim justos e pactuados, declaram as partes aceitas todas as disposições estabelecidas neste instrumento de contrato administrativo, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que abaixo se identificam e assinam.

São Paulo, ____ de _____ de 2019.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
JURISDIÇÃO ES – MS – RJ – SP (SEDE)
LEI 6.684 DE 03 DE SETEMBRO DE 1979
DECRETO Nº 88.439 DE 28 DE JUNHO DE 1983
CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO

LISTA DE PRESENÇA
Comissão de Licitação realizada em 09/10/2019

Dr. Wilson de Almeida Siqueira

Funcionários:

Marcos Caparbo

Daniel Fernandes

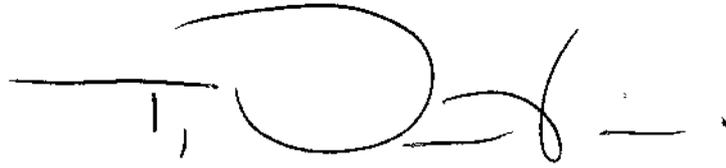
PROTOCOLO DE ENTREGA

Edital nº: 007/2019

Modalidade CONVITE

Declaro (amos) que recebi (emos) o Edital de Licitação referente ao **Convite N° 007/2019**, devidamente preenchido e de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, e concordo (amos) com as condições do Edital.

Recebi em 26 / 09 / 2019.



Assinatura do representante do proponente

TIAGO ARMANDO MILANI FERRENTINI

CPF/NE 282.898.618 - 77

RG: 26.284.859 - 4 / SSP - SP

Obs.: Devolver à autarquia CRBM1, devidamente assinado e carimbado para Conselho Regional de Biomedicina 1ª Região, COMISSÃO DE LICITAÇÃO avenida Lacerda Franco, 1073, bairro do Cambuci, São Paulo, SP, CEP 01536-000.

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 02873866

USO OBRIGATORIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 6.962/94)



1020



ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

Nome
MARIO ARMANDO MILANI FERRENTINI

Escritório
**ARMANDO ERISOSTOMO FERRENTINI
GLAUCIE MILANI FERRENTINI**

Residência
SÃO PAULO-SP

28.284.888-4 - SP-SP

NEO

DATA DE REGISTRO

27/05/1978

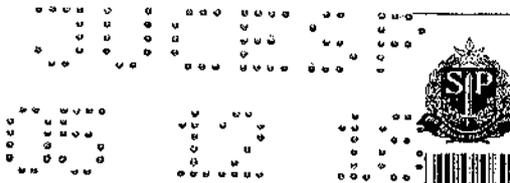
CPF

287.888.810-77

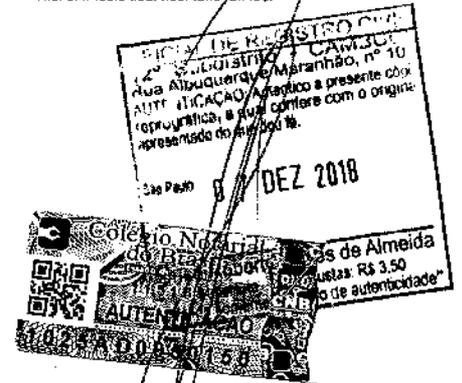
NR

01 14082812

IDENTIDADE



JUCESP PROTOCOLO
2.086.572/18-9



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE
CONTRATO SOCIAL**

EDITORA REFERÊNCIA LTDA.

NIRE 35200978097

CNPJ 62.630.777/0001-97

Pelo presente instrumento particular de alteração e consolidação de contrato social:

ARMANDO CRISÓSTOMO FERRENTINI, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade RG nº 2.746.735-SSP/SP e do CPF 001.793.708-63, residente e domiciliado na Praça Pereira Coutinho, nº 175, 10º andar, apto. 101, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04510-010, sócio remanescente da **EDITORA REFERÊNCIA LTDA.**, com sede em São Paulo, SP, na Rua François Coty, nº 228, Cambuci, CEP 01524-030, inscrita no CNPJ sob nº 62.630.777/0001-97 e na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº NIRE 35200978097 em sessão de 04/02/1971, em cumprimento à autorização que lhe foi concedida pelo MM Juízo da 21ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, consubstanciada no Alvará Judicial expedido no Processo nº 1082698-47.2017.8.26.0100, devidamente anotado nesta Junta Comercial em sessão de 23 de outubro de 2018, resolve alterar o Contrato Social da Sociedade, nos seguintes termos e condições:

1. Retira-se do quadro societário o nome do sócio **NELLO FERRENTINI** falecido em 29 de dezembro de 2016.

2. Liquidam-se, neste ato, as 441.000 (quatrocentas e quarenta e uma mil) cotas que pertenciam a **NELLO FERRENTINI** e se encontram sob avaliação

patrimonial na Ação de Apuração de Haveres existente entre, de um lado, a sociedade e o sócio remanescente e, do outro lado, os herdeiros do sócio falecido, em curso na 9ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Processo nº 1116198-07.2017.8.26.0100.

3. Nos termos da sentença, transitada em julgado em 20 de fevereiro de 2018, que determinou a expedição do Alvará a esta Junta Comercial, a presente liquidação das cotas sociais que pertenciam a **NELLO FERRENTINI** regulariza a sociedade sem afetar os direitos dos herdeiros do sócio falecido que prosseguirão na Ação de Apuração de Haveres citada na Cláusula 2 supra.

4. Com a liquidação das 441.000 (quatrocentas e quarenta e uma mil) cotas que pertenciam a **NELLO FERRENTINI**, descrita na Cláusula 2 supra, reduz-se o montante de R\$ 441.000,00 (quatrocentos e quarenta e um mil reais) do Capital Social.

5. **TIAGO ARMANDO MILANI FERRENTINI**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.284.859-4/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 282.898.618-77, residente e domiciliado na Rua Periquito, nº 160, apto 62, Vila Uberabinha, São Paulo, SP, CEP 04514-050, ingressa, neste ato, na sociedade mediante o aporte de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), dos quais R\$ 100.000,00 (cem mil reais) encontram-se totalmente integralizados com recursos próprios e o saldo restante de R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais) será integralizado, também com recursos próprios, até 31 (trinta e um) de dezembro de 2018.

6. Com o aporte de capital descrito na Cláusula 5 supra, criam-se 168.000 (cento e sessenta e oito mil) novas cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

7. O sócio **ARMANDO CRISÓSTOMO FERRENTINI** aporta, neste ato, R\$ 3.000,00 (três mil reais), totalmente integralizados com recursos próprios.

8. Com o aporte de capital descrito na Cláusula 7 supra, criam-se 3.000 (três mil) novas cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, as quais, neste ato, somam-se às demais 1.029.000 (um milhão e vinte e nove mil) cotas que já existiam em nome do sócio **ARMANDO CRISÓSTOMO FERRENTINI**.

9. Em razão das disposições contidas nas cláusulas anteriores, a **Cláusula 6** do Contrato Social passa a vigorar nos seguintes termos:

"O capital social registrado é de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), dividido em 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, encontrando-se totalmente integralizado em moeda corrente nacional, assim distribuído:

The image shows several handwritten signatures in black ink. To the right of the signatures is a rectangular stamp with a QR code and the text 'Coleção, Nomes do Brasil' and 'AUTENTICO'. Below the stamp is a date stamp 'DEZ 2018' and a signature 'José Roberto Neves de Almeida' with the text 'Suplente - Custas: R\$ 3,50' and 'Válido somente c/ o selo de autenticidade'.

EDITORA

REFERÊNCIA

- **Armando Crisóstomo Ferrentini**, com 86% (oitenta e seis por cento) do Capital, no importe de R\$ 1.032.000,00 (um milhão e trinta e dois mil reais), representados por 1.032.000 (um milhão e trinta e duas mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma; e
- **Tiago Armando Milani Ferrentini**, com 14% (quatorze por cento) do Capital, no importe de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), representados por 168.000 (cento e sessenta e oito mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma.”

10. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato social.

11. Deliberam os sócios, em função das alterações acima, consolidar o seu contrato social que passa a vigorar com a seguinte redação:

EDITORA REFERÊNCIA LTDA.

NIRE 35200978097

CNPJ 62.630.777/0001-97

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

1. DA SEDE E DENOMINAÇÃO SOCIAL

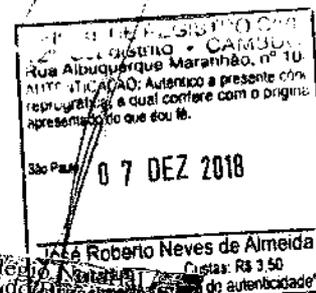
1.1. Encontra-se constituída desde 04/02/1971 uma sociedade mercantil limitada com base nos artigos 1.052 e seguintes do Código Civil, Lei 10:406 de 10 de janeiro de 2002, adotando a denominação social de **“EDITORA REFERÊNCIA LTDA.”** e tem sua sede na Rua François Coty, nº 228, Cambuci, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01524-030.

1.2. Por deliberação dos sócios, a sociedade poderá criar, manter ou fechar filiais, agências, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos necessários ao desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social, em qualquer lugar do território nacional, respeitadas as normas e exigências legais.

2. DO OBJETIVO SOCIAL

2.1. Constituem o objetivo social da sociedade:

a) edição;



[Handwritten signatures and initials]

UNISEP

- **Armando Crisóstomo Ferrentini**, com 86% (oitenta e seis por cento) do Capital, no importe de R\$ 1.032.000,00 (um milhão e trinta e dois mil reais), representados por 1.032.000 (um milhão e trinta e duas mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma; e
- **Tiago Armando Milani Ferrentini**, com 14% (quatorze por cento) do Capital, no importe de R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), representados por 168.000 (cento e sessenta e oito mil) cotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

7. DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

7.1. A administração da sociedade será exercida pelos sócios, que são investidos neste ato como “administradores”, os quais exercerão suas atividades com assinaturas INDIVIDUAIS e ISOLADAS, podendo no exercício de suas funções praticar todos os atos que mister se fizerem necessários ao bom desempenho da mesma.

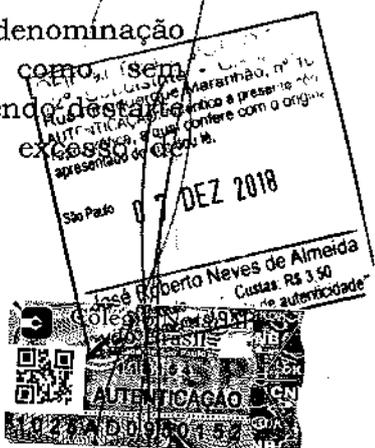
7.2. É vedado a qualquer um dos sócios, o uso ou emprego da denominação social em transações estranhas e alheias à sociedade, tais como, sem limitação, avais, fianças, cartas de favor e empréstimos, respondendo pelo ônus causado à sociedade pela eventual infração e/ou excesso de mandato.

8. DA DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS

8.1. Os sócios deliberarão sobre:

- I) a aprovação das contas da administração;
- II) a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- III) a destituição dos administradores;
- IV) o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- V) a modificação do contrato social;
- VI) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- VII) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- VIII) o pedido de recuperação judicial.

8.2. Compete aos sócios decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor de cotas de cada um. Cada cota dá direito a um voto.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: EDITORA REFERENCIA LTDA
CNPJ: 62.630.777/0001-97

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:27:40 do dia 13/06/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/12/2019.

Código de controle da certidão: **0EE3.99A0.ECCA.37CE**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EDITORA REFERENCIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 62.630.777/0001-97
Certidão nº: 185619128/2019
Expedição: 07/10/2019, às 15:53:49
Validade: 03/04/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EDITORA REFERENCIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **62.630.777/0001-97**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 62.630.777

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 23683220

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 27/09/2019 10:21:43

(hora de Brasília)

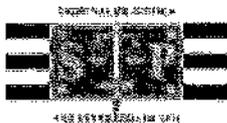
Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 7276280

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 06/10/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

EDITORA REFERÊNCIA LTDA., CNPJ: 62.630.777/0001-97, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 7 de outubro de 2019.

PEDIDO Nº:

5798350





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 62.630.777/0001-97 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/02/1971
NOME EMPRESARIAL EDITORA REFERENCIA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) REFERENCIA	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 58.23-9-00 - Edição integrada à impressão de revistas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.11-3-02 - Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R FRANCOIS COTY	NÚMERO 228	COMPLEMENTO
CEP 01.524-030	BAIRRO/DISTRITO CAMBUCI	MUNICÍPIO SAO PAULO
		UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/10/2019** às **16:04:08** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 62.630.777/0001-97

Razão Social: EDITORA REFERENCIA LTDA

Endereço: R FRANCOIS COTY 228 / CAMBUCI / SAO PAULO / SP / 01524-030

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/09/2019 a 18/10/2019

Certificação Número: 2019091903494686881560

Informação obtida em 07/10/2019 16:02:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Imobiliários

Certidão Número: 0000653541-2019
Número do Contribuinte: 035.098.0056-7
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel: R FRANCOIS COTY, 00228, , CAMBUCI - CEP: 01524-030
Cep: 01524-030
Liberação: 07/10/2019
Validade: 04/04/2020

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria-Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado inscritos e não inscritos na Dívida Ativa até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

SITUAÇÃO FISCAL REGULAR

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 4, de 05 de janeiro de 2012.

Certidão emitida às 16:12:38 horas do dia 07/10/2019 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: 584C632F

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0371652 - 2019

CPF/CNPJ Raiz: 62.630.777/

Contribuinte: EDITORA REFERENCIA LTDA

Liberação: 13/06/2019

Validade: 10/12/2019

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.019.588-2- Início atv :30/12/1970 (R FRANCOIS COTY, 00228 - CEP: 01524-030)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 16:14:04 horas do dia 07/10/2019 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 11ECC925

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



ATESTADO DE IDONEIDADE

EDITORA REFERÊNCIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.630.777/0001-97, sediada na Rua François Coty, nº 228, Cambuci, CEP 01524-030, São Paulo, SP, representada por **TIAGO ARMANDO MILANI FERRENTINI**, brasileiro, solteiro, administrador de empresa, portador da Cédula de Identidade nº 26.284.859-4/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 282.898.618-77, residente e domiciliado na Rua Periquito, 160, apto 62, 04514-050, São Paulo, SP, ATESTA, para todos os fins, que não foi declarada inidônea e nem está suspensa de participar de Licitações.

São Paulo, 07 de outubro de 2019.

Tiago Armando Milani Ferrentini
Editora Referência Ltda.



DECLARAÇÃO DE APTIDÃO

EDITORA REFERÊNCIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.630.777/0001-97, sediada na Rua François Coty, nº 228, Cambuci, CEP 01524-030, São Paulo, SP, representada por **TIAGO ARMANDO MILANI FERRENTINI**, brasileiro, solteiro, administrador de empresa, portador da Cédula de Identidade nº 26.284.859-4/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 282.898.618-77, residente e domiciliado na Rua Periquito, 160, apto 62, 04514-050, São Paulo, SP, DECLARA, para todos os fins que não há fato superveniente impeditivo da habilitação da declarante para o presente certame.

São Paulo, 07 de outubro de 2019.

Tiago Armando Milani Ferrentini
Editora Referência Ltda.



DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

EDITORA REFERÊNCIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.630.777/0001-97, sediada na Rua François Coty, nº 228, Cambuci, CEP 01524-030, São Paulo, SP, representada por **TIAGO ARMANDO MILANI FERRENTINI**, brasileiro, solteiro, administrador de empresa, portador da Cédula de Identidade nº 26.284.859-4/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 282.898.618-77, residente e domiciliado na Rua Periquito, 160, apto 62, 04514-050, São Paulo, SP, DECLARA, para todos os fins, que está ciente e que cumpre todos os requisitos da habilitação para o Processo Administrativo Licitatório nº 010/2019.

São Paulo, ~~07~~ de outubro de 2019.

Tiago Armando Milani Ferrentini
Editora Referência Ltda.



DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

EDITORA REFERÊNCIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.630.777/0001-97, sediada na Rua François Coty, nº 228, Cambuci, CEP 01524-030, São Paulo, SP, representada por **TIAGO ARMANDO MILANI FERRENTINI**, brasileiro, solteiro, administrador de empresa, portador da Cédula de Identidade nº 26.284.859-4/SSP-SP, inscrito no CPF sob o nº 282.898.618-77, residente e domiciliado na Rua Periquito, 160, apto 62, 04514-050, São Paulo, SP, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do artigo 27 da Lei n. 8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854/1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

São Paulo, 07 de outubro de 2019.

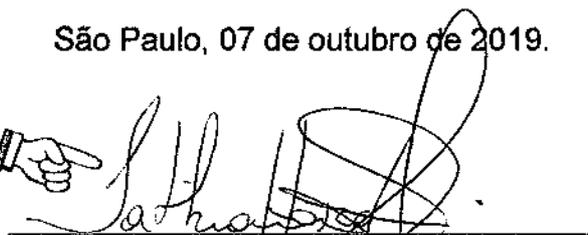
Tiago Armando Milani Ferrentini
Editora Referência Ltda.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

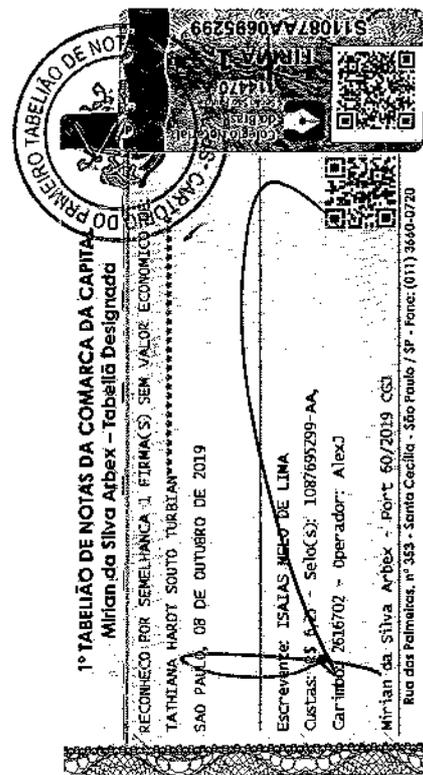
ATESTAMOS, para todos os fins, que a **EDITORA REFERÊNCIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.630.777/0001-97, sediada na Rua François Coty, nº 228, Cambuci, CEP 01524-030, São Paulo, SP, presta serviços gráficos de pré-impressão, impressão e acabamento das revistas **THE WINNERS** e **VIDI**, ambas com tiragem de 01 (um) mil exemplares.

São Paulo, 07 de outubro de 2019.

CARTÓRIO
DE NOTAS



Tathiana Hardt Souto Turbian
Innsbruck Editora e Eventos Ltda.

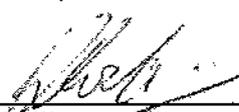


1º TABELÃO DE NOTAS DA COMARCA DA CAPITAL
Mirian da Silva Arbex - Tabela Designada
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA(S) SEM VALOR ECONOMICO
TATHIANA HARDT SOUTO TURBIAN
SAO PAULO, 08 DE OUTUBRO DE 2019
Escrevente: ISAIAS NEVO DE LIMA
CUSTAS: R\$ 6,25 - Selos(S): 1087695299-AA,
Cartão(s): 2616702 - Operador: AlexJ
Mirian da Silva Arbex - Port 60/2019 CGJ
Rua dos Palmisteiros, nº 383 - Santa Cecília - São Paulo / SP - Fone: (011) 3600-0720

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para todos os fins, que a **EDITORA REFERÊNCIA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.630.777/0001-97, sediada na Rua François Coty, nº 228, Cambuci, CEP 01524-030, São Paulo, SP, presta serviços gráficos de pré-impressão, impressão e acabamento da revista **PANROTAS**, de periodicidade semanal com tiragem de 1.400 (um mil e quatrocentos) exemplares.

São Paulo, 08 de outubro de 2019.



José Guilherme Condomi Alcornaga
Editora Panrotas Ltda.

PANROTAS EDITORA LTDA.

ORÇAMENTO GRÁFICO

São Paulo, 8 de outubro de 2019

A
Conselho Regional de Biomedicina da 1º Região

Att:
TEL: 11 .
FAX: 11
Prezados Senhores,

Submetemos à vossa apreciação, nossa cotação para o(s) impresso(s) abaixo discriminado(s) conforme sua solicitação:

Aprov	Proposta	Quantidade	Descrição	Un	Total
<input type="checkbox"/>	40973	5.000	<p>Revista no tamanho fechado 21,0 x 29,7 cm num pag:44.</p> <p>1 Capa de livro/revista no tamanho aberto 42,0x31,2 cm em papel Couche Importado Brilho 150 g/m² impressos à 4x4 cores. Acabamentos: Shrink Individual , Laminação Fosca Frente Capa , Verniz UV Reserva 30 % Frente Capa</p> <p>44 Páginas no tamanho aberto 21,0x29,7 cm em papel Couche Importado Brilho 115 g/m² impressos à 4x4 cores. Acabamentos: Dobra Dobra Paralela, Corte Inicial</p> <p>Finalizações: Alcear Sobreposto, Lombada Quadrada (PUR) (Material), Lombada Quadrada, Frete Grande São Paulo - Entrega para 1 endereço.</p> <p>Observações: VALIDADE DA PROPOSTA: 10/12/2019</p>	R\$ 3,7167	R\$ 18.583,34

Representante: **Tiago A. M. Ferrentini**
Celular: **989347842**
Condições de Pagamento: **28 DDL**
Prazo de Entrega: **Á COMBINAR**
Validade da Proposta: **18/10/2019**
Imposto: **Isento**

Caso aprovada, remeta-nos esta proposta, por fax, assinada e carimbada
Identifique no campo Aprov a(s) proposta(s) aprovada(s)

Data _____ De acordo _____

Conselho Regional de Biomedicina da 1º Região

Frete Incluso

- Crédito sujeito a confirmação pelo Dep. Financeiro, para o aceite do Pedido
- Matéria Prima e Prazo de Entrega sujeitos a confirmação
- a informação da Destinação do Material, para a devida incidência de impostos, é de total responsabilidade de Vsa.
- devido ao processo gráfico, reservamos o direito de entregar 10% a mais ou a menos da quantidade contratada
- os materiais serão entregues acondicionados em Shrink Coletivo.
- esta cotação está baseada nas informações fornecidas pelo Cliente. Se o material recebido estiver em desacordo, haverá um reorçamento e nova proposta
- Cores Especiais, bem como Ouro e Prata, devem ser informados na solicitação do orçamento
- nós nos responsabilizaremos por fotolitos, originais, fotos e arquivos de Clientes somente até 90 dias após a entrega do serviço



A marca do manejo
florestal responsável